

PATERNIDADE: REPERCUSSÕES E DESAFIOS PARA A ÁREA DE SAÚDE

Aline de Carvalho Martins

Instituto Fernandes Figueira

E-mail: rjalinemartins@yahoo.com.br

Resumo: No presente artigo pretendemos discutir a questão da paternidade e sua articulação com o campo da saúde, revendo a relação do homem no cuidado com seus filhos. Deste modo, procuramos destacar a importância desta participação na vida das crianças e do próprio homem que participa desses cuidados e demonstramos como os profissionais de saúde podem fortalecer esta relação, reconhecendo o pai como um agente fundamental neste processo e desenvolvendo ações que possam fortalecê-lo e capacitá-lo nesta tarefa.

Palavras-chave: paternidade; saúde; crianças.

Introdução

O debate sobre a paternidade é recente no meio acadêmico brasileiro. O tema não foi, ao longo dos anos, valorizado nos estudos de gênero que, inicialmente, buscavam analisar os motivos que constituíam as desigualdades, bem como identificar mecanismos que pudessem ser acionados para que as mulheres superassem tal diferenciação (MARTINS, 2003). Algumas perspectivas mais simplistas limitavam-se a denunciar o papel do homem como algoz, não procurando analisar a maneira como este se inseria em um contexto social e, principalmente, na educação dos filhos.

Posteriormente, essa tradição foi questionada e os estudos de gênero passaram a destacar o seu caráter relacional e o conjunto de atribuições que estavam socialmente associados ao masculino e ao feminino em uma dada sociedade, como o núcleo organizador de toda uma cultura humana (VILELLA; ARILHA, 2002).

Foi essa perspectiva que possibilitou o desenvolvimento de estudos que procuravam compreender e analisar a vivência do homem no contexto social

a partir de sua própria ótica e discurso, avaliando ainda as “desvantagens” inerentes à forma tradicional de vivência masculina nas sociedades ocidentais (BARKER, 2000; NOLASCO, 1997). Entretanto, muitas vivências dos homens ainda necessitam ser reconstituídas, principalmente no que tange à paternidade. Se, historicamente, o homem foi chamado a ser somente o provedor da família ou o auxiliar da figura materna, há de se estudar o papel paterno, a partir de sua especificidade, ou seja, da paternagem.¹

Paternidade: uma construção social, histórica e cultural

Atualmente, vivencia-se novas formas de exercício da paternidade. Essas novas configurações, no entanto, não podem ser entendidas e analisadas de maneira autônoma, mas como fruto de um conjunto de transformações históricas sociais, culturais e de gênero. Um desses fatores, por exemplo, é creditado às transformações existentes no âmbito da família, que passa a assumir de maneira mais direta os cuidados com as crianças pequenas (SARAIVA, 1998). Se em épocas anteriores as crianças eram entregues aos mestres ou às amas, e conviviam exclusivamente com eles durante muitos anos, ao longo dos tempos a família passou a assumir os seus cuidados, mesmo que, para isso contasse com contribuições de outros atores. A construção do modelo nuclear de família (que persiste ainda hoje, ao menos enquanto um valor) e as repercussões nos padrões de relacionamento afetivo advindos desta alteração, propiciaram um novo lugar para as crianças dentro das famílias e novas formas de compreensão do desenvolvimento infantil (idem, ibidem).

Se a família é um âmbito importante para pensarmos as alterações nos cuidados com a criança, há de se ressaltar que esta também foi influenciada pelas novas relações econômicas empreendidas pelo modo de produção capitalista no fim do século XIX e início do século XX que proporcionaram importantes redefinições no âmbito público/privado, impondo novas relações de gênero e redefinição dos papéis masculinos na sociedade.

É nesse contexto que homens de todas as camadas vêm sendo cada vez mais chamados a participar da vida privada de sua família, tanto da vida doméstica (CARVALHO, 2001) como da educação de seus filhos, repensando sua inserção masculina na família e questionando o papel tradicional do homem na sociedade (NASCIMENTO, 2002).

¹ De acordo com Muzio (apud NASCIMENTO, 2002), paternagem seria a participação do homem na educação dos filhos, na qual o desfrute da convivência seria valorizado e desenvolvido de forma compartilhada (e não submissa ou complementar) às ações da mãe.

As transformações sinalizadas apontam para um novo enfoque acadêmico sobre a temática da paternidade, superando as já citadas perspectivas que enfocavam o *déficit* masculino para uma compreensão dos valores, comportamentos e paradigmas de ação e das relações existentes (NOLASCO apud NASCIMENTO, op. cit) e dos impactos dessas relações junto aos homens e outros atores. É necessário, então, compreender o papel do homem não somente como apoio às mulheres, mas, pensá-los como atores nos campos de gênero, sexualidade e paternidade. "Trata-se, antes, de incentivar e permitir ao próprio homem reescrever a forma como gostaria de ter sido criado/educado por seu pai ou figura masculina de referência" (BARKER; LOWENSTEI, apud NASCIMENTO: 2002, p .54).

Por isso, a importância de discutir o tema paternidade a partir de articulações maiores com os âmbitos de gênero² sexualidade, saúde reprodutiva, bem como inscrever tais conceitos em uma perspectiva cultural e histórica, que estimulam um determinado tipo de ação nesse campo. Além disso, há de se analisar as influências das interações existentes nas relações deste homem com seu próprio pai, com sua família e com a mãe de seu filho (CRUZ, 2002), que podem influenciar no vínculo estabelecido com seu próprio filho, antes mesmo de seu nascimento.

Tais reflexões nos remetem a um re-exame importante no campo das masculinidades (MARQUES, 2000), pois os homens ainda convivem com representações e pressões sociais que muitas vezes o identificam somente como provedor, desconsiderando outras dimensões da paternidade. Além disso, há também a ausência da problematização e a preparação dos homens para a paternidade e o cuidado.

Loewestein e Barker (1998) demonstram que meninos e rapazes de comunidades carentes do Rio de Janeiro não passam por nenhum treinamento ao longo da vida para se tornarem pais. Eles não têm espaço para falar de paternidade, sexualidade ou questões emocionais o que os deixa sem modelo para o exercício de uma paternidade afetiva. A maioria dos jovens do sexo masculino percebe a figura do pai como irrelevante para a criação e educação dos filhos. A mãe é a principal referência educacional. O modelo paterno que conhecem é muito frágil ou negativo. Mas mesmo entre esse grupo há aqueles com atitudes progressistas, que se permitem ser mais sensíveis, [...] Estes demonstraram ter uma relação com um parente ou amigos da família que teria

² Trata-se de uma reflexão sobre o modo de organização de cada sociedade. Essas relações tendem a espelhar a dinâmica desigual da própria sociedade, bem como os signos identitários e as expectativas sobre os comportamentos de cada um em relação a si mesmo e em relação aos outros. (VILLA, 1999; VILELLA e ARILHA, 2002). Não podemos esquecer que os modos como as relações entre as pessoas e as coisas se estabelecem variam entre as culturas e não podem ser totalmente generalizados (CORREA apud VILELLA; ARILHA, 2002).

servido de modelo, evidenciando a importância destas relações estabelecidas como modelo positivo ou negativo para os jovens (CRUZ, 2002, p. 22).

Um *workshop* realizado em Recife/ PE ressaltou a importância da necessidade de uma reflexão aprofundada sobre a noção de "cuidado". Os homens não parecem ter como referencial de masculinidade o cuidado consigo mesmo ou com outrem.³ O envolvimento ativo no cuidado e a responsabilidade com as crianças parecem ainda estar fora do imaginário social de muitos homens (Fundação Mac Arthur, 2000), principalmente na sociedade brasileira, na qual o filho é percebido como sendo da mãe (CARDOSO, 1998), o que aponta para repercussões na organização social que dificultam a participação concreta desses homens na vida dos filhos, inserindo a questão no âmbito individual/ privado em detrimento de sua compreensão coletiva/pública.

Como exemplos das dificuldades objetivas para o exercício da paternidade, podemos citar as creches, que muitas vezes são fornecidas somente para as mulheres, afirmando, assim, o não envolvimento dos homens no cuidado com os filhos (MARTINS, 2003), ou a não liberação destes no horário de trabalho para a participação nas consultas pediátricas ou pré-natais de seus filhos (NASCIMENTO, 2002; CRUZ, 2002). Esta ausência de políticas públicas que reconheça e valorize a paternidade reforça o ideário de pai provedor e mãe cuidadora, e reproduz o binômio dominação/subordinação entre os sexos (idem, ibidem).

Apesar das repercussões advindas das transformações no mundo do trabalho, dos avanços feministas que colocaram em pauta novas formas de relacionamento entre os sexos e mesmo das frequentes separações conjugais que solicitam maior presença masculina na vida privada e coloca em pauta a possibilidade dos homens de interagirem e envolverem-se em novos contatos com seus filhos, as tarefas masculinas de educação e interação com as crianças vêm sendo vistas apenas como acessórias ao cuidado feminino. (CARVALHO, 2001; MARTINS, 2003; CRUZ, 2002; NASCIMENTO, 2002).

Além disso, a ausência de capacitação do pai no cuidado com filho e a desqualificação de sua capacidade para realizar tal tarefa com sucesso não deve ser esquecida. Com frequência o homem acredita não ser capaz de cuidar de seu filho⁴ e, mesmo em contextos em que se trata do primeiro filho do casal, considera a mãe a figura mais adequada a exercer esse papel.

³ Não se pode esquecer que "[...] os homens são educados, desde cedo para responder a expectativas sociais, de modo proativo, em que o risco não é algo a ser evitado, mas superado cotidianamente. A noção de auto-cuidado dá lugar a um estilo de vida destrutivo, a uma vida, em diversos sentidos, vulnerável" (MEDRADO, et al, 2000, p.14)

⁴ Este é um mito muito reforçado pelos meios de comunicação, que quase sempre apresenta um pai desajeitado para os cuidados com a criança. (CARVALHO, 2001)

Considerando-se a diminuição do tamanho das famílias (RIZZINI, 2001) muitas vezes, a mulher possui a mesma ausência de contato com crianças pequenas que o homem. Entretanto, firma-se socialmente sua capacidade como cuidadora e a incompetência masculina nesse âmbito como inatas.

O exercício de uma paternidade mais próxima implica numa revalorização pelos homens das tarefas de cuidar e na integração destas à representação de masculinidade e paternidade. Caso não o façam permanecerão entendendo-as como tarefas femininas de menos valor. Por outro lado, as práticas de cuidados na paternidade estão diretamente vinculadas às possibilidades de cooperação e complementaridade da participação masculina e feminina, necessitando também de novas posturas das mulheres com relação à paternidade (CARVALHO: 2001, p.45)

Carvalho (2001) afirma, com base em Villa (1999), que é necessário pensar formas de paternidade que não sejam cópias da maternidade e sim questões específicas colocadas por eles em relação à vida e ao desenvolvimento de suas crianças.

A saúde e sua interface com a questão da paternidade

Considerando tais reflexões, a área da saúde, e de modo especial o âmbito hospitalar, pode constituir-se como um espaço privilegiado tanto para o reforço de um relacionamento entre pais e filhos, como para o desenvolvimento de estudos que agreguem conhecimento sobre os discursos e a vivência da paternidade no cotidiano masculino e infantil.

A área da saúde poderia potencialmente contribuir para o estímulo à realização das novas formas de interação entre o homem e o seu filho. Contudo, contraditoriamente se apresenta como uma das áreas que mais reforça a responsabilidade feminina no cuidado com as crianças e afasta o pai interessado em participar desse processo.

Esta observação é confirmada no estudo de Carvalho (2001) ao analisar a participação do pai no nascimento de seus filhos em maternidades públicas do município do Rio de Janeiro, destacando a existência de resistências institucionais que dificultam a participação do pai neste momento da vida do bebê. Nos casos em que o homem participa, em geral, é devido ao entendimento do mesmo como suporte emocional para as mulheres, sem serem consideradas as suas vivências em torno da paternidade. A autora mostra que a grande maioria dos serviços públicos de pré-natal e maternidade na América Latina e Brasil, não considera os homens em suas práticas, comprometendo-se somente com os papéis tradicionais de gênero. Dessa maneira, reforçam o afastamento dos

homens dos cuidados com os filhos, ignoram as transformações sociais relativas à paternidade em voga e contribuem para um sobrecarga feminina. Os pais ainda são vistos como visitas nas maternidades; sua experiência, dúvidas e temores são desconhecidos, e, por isso, não são vistos como demandas e nem são atendidos pelos serviços de saúde. A assistência prestada aos pais não vem considerando a importância da formação de vínculos precoces entre pais e filhos (idem, ibidem).

Desse modo, fica evidente em grande parte dos serviços públicos de saúde a lacuna de informações que existe a respeito da importância da participação do pai na vida de seus filhos. Muitas vezes, a retórica valoriza a sua presença, entretanto, não existe como contrapartida a oferta de saberes, conhecimentos e práticas que efetivamente o incluam nesse processo. Muitos profissionais não se sentem à vontade com a presença do pai e têm dificuldades para incluí-lo no serviço. Os principais percalços alegados referem-se às normas institucionais, à inadequação do espaço físico, à sensação de invasão da família no trabalho da equipe, ao entendimento do espaço hospitalar como feminino, ao risco de aumento da infecção hospitalar (CARVALHO, op. cit). Apesar disso, a autora constatou que nos serviços em que a presença do homem junto aos seus filhos foi permitida, os pais participam significativamente e afirmaram gostar dessa experiência. Mesmo assim, eles relataram que não conseguiram fazer suas perguntas e não se sentiram à vontade para participar das consultas de seus filhos. Os pais, muitas vezes, não permanecem na sala de parto ou no consultório por exigência de alguns membros da equipe, ficando clara a relação hierárquica estabelecida no relacionamento entre os profissionais de saúde e os pais. O fato é que “[...] o pai ainda é visto principalmente como o acompanhante, pois o sistema ainda está longe de proporcionar um atendimento [...] voltado para a família[...].” (CRUZ: 2002, p.85)

A questão da participação do pai nos cuidados com a criança firma-se como uma discussão relevante para o âmbito da saúde. E, como no Brasil, a Lei Orgânica da Saúde firma a mesma como um produto de diversos âmbitos da vida, como alimentação, moradia, e acesso a bens e serviços essenciais, não se pode desvincular a participação masculina nessa área, de uma relação ainda mais ampla com outras esferas sociais, que aponta para a necessidade do funcionamento de toda uma rede com políticas sociais de apoio ao exercício da paternidade nas famílias urbanas.

Outrossim, a reflexão sobre tais questões e o fortalecimento da capacidade do cuidado masculino ao longo de sua vida pode contribuir para um novo exercício de sua paternidade, que incluam, além dos papéis tradicionais

de provedor e de figura de autoridade, novos moldes para o exercício de suas atribuições.

As relações entre o homem e sua prole não são um objeto de intervenção exclusivamente individual. Elas também são permeadas por diferentes interfaces nas mais distintas políticas sociais. Tal compreensão também é fortalecida pelas instâncias internacionais. A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994 e a Conferência Mundial da Mulher, em 1995, enfatizam a responsabilidade masculina no exercício da paternidade, da sexualidade, da saúde reprodutiva e a participação ativa destes nos cuidados com suas famílias (CRUZ, 2002).

Esta, entretanto, não é a tônica em todas as partes do mundo. Em poucas sociedades os homens cuidam de suas crianças cotidianamente. Russel e Jadojevic (apud CRUZ, 2002), estimam em dez por cento a proporção de homens envolvidos nesse tipo de cuidado, uma vez que a maior parte dos pais vem-se comprometendo apenas com os papéis tradicionalmente colocados.

O que se firma atualmente é a junção de dois tipos de paternidade nos relacionamentos entre pais e filhos (JABLONSKI, apud CARVALHO, op. cit) com homens que, apesar de em seu discurso valorizarem uma inserção mais próxima de seus filhos, ainda valorizam o papel de provedor como um dos pilares fundamentais de sua ação de pai (NASCIMENTO, 2002), como se houvesse um hiato entre o pai idealizado e o pai real, efetivamente atuante.

Quadros (apud CARVALHO, 2002) mostra que, apesar da valorização desse novo tipo de paternidade, a ação do homem nessa área continua sendo vista como complementar e acessória às tarefas femininas. O autor informa que muitos homens limitam suas atividades domésticas aos cuidados com os filhos, deixando a cargo das esposas todas as outras tarefas. Ainda assim, quando se envolvem nos cuidados com os filhos, os homens tendem a preferir as atividades lúdicas, deixando para as mulheres as tarefas de imposição de regras morais, educação, alimentação e higiene. Apesar dessa realidade, Carvalho (op. cit) afirma que as mulheres tendem a se sentir mais satisfeitas com o relacionamento quando o homem participa dos cuidados do filho, ainda que inexista uma divisão igualitária do trabalho doméstico. Se é verdade que estes estão fora dos papéis centrais na vida da maior parte das crianças, também não é difícil perceber que alguns homens vêm enfocando o exercício da paternidade sob outro prisma.

Esta questão nos remete à existência de um novo modelo de paternidade, que possibilita ao homem uma participação ativa na educação/criação dos

filhos (CRUZ, 2002). Neste sentido, a visão de pai seria a de um homem capacitado a exercer um relacionamento paternal com maior qualidade, caracterizado pela afetividade, envolvimento direto, maior presença e responsabilidade na criação do filho superando a concepção tradicional de provedor/protetor que baseava seu relacionamento na coerção e autoridade (NASCIMENTO, 2002; CRUZ, 2002; MARTINS, 2003; LYRA, 1998; BADINTER, 1993).

A qualidade e a intensidade de participação variam de acordo com a maneira de ser e o estilo de vida levado por cada pai (CARVALHO, 2002) bem como pelo grau e intensidade da relação que este possui com a mãe do seu filho (NASCIMENTO, op. cit) e não pela renda (CRUZ, 2002) ou pelo grau de escolaridade de cada um. Isso porque o ser humano é um somatório das diversas determinações que interagem com ele ao longo da vida (MARX, 1989) e não se pode creditar um único aspecto como definidor da cultura de cada um.

Relacionamento entre pais e filhos: quais as vantagens existentes?

Algumas pesquisas (BARKER, 2000; NASCIMENTO, 2002; UNICEF, 2001; ONU, 2000) demonstram que a participação dos homens na vida dos filhos apresenta aspectos positivos tanto para o pai quanto para a criança. Apontam que, para os homens, as principais vantagens, existentes quando estes se envolvem nos cuidados dos filhos, são o desenvolvimento de

competências como emoções, receptividade, empatia e compaixão, sentimentos estes fundamentalmente experimentados por mulheres (...) Tais sentimentos possibilitariam às crianças os benefícios de uma relação afetiva mais próxima (ENGLE e BREAUX, apud LYRA: 1998, p.187)

Há também a compreensão da contribuição e do carinho na construção da autoestima infantil, o desenvolvimento de uma contribuição positiva na vida dos filhos, que sobrepõe a questão do provedor ou do disciplinador – historicamente firmada – bem como uma maior satisfação com a situação conjugal (Unicef, 2001).

A experiência da paternidade permite ao homem vivenciar mudanças internas, na sua estrutura emocional, aumentando seu sentimento de responsabilidade, continuidade, plenitude (CRUZ, op. cit). O novo modelo de pai permite que o homem possa redefinir sua vivência na sociedade (NOLASCO, 1997). Heilbron, 1992, chama ainda a atenção para a associação latina que se faz entre masculinidade, prestígio e poder, dando aos homens uma centralidade social. Romper com estes parâmetros, na construção de um novo modelo para

a vivência da masculinidade em nossa sociedade, permite também um alívio das frustrações impostas quando o homem não consegue alcançar o ideário de sucesso masculino imposto pela sociedade (NOLASCO, 1997).

De fato, se a tradicional inserção masculina possibilitava (e ainda possibilita) ao homem a vivência de benefícios de uma inserção social diferenciada da mulher, o mesmo também apresenta muitas desvantagens. Além da impossibilidade de expressar seus sentimentos, são claras as repercussões de um posicionamento social que valoriza a expressão da virilidade.

[...] o sexo masculino é líder nas estatísticas mundiais de suicídio, de mortes violentas, de envolvimento com álcool. De cada quatro dependentes de drogas em todo o mundo, três são homens. Dados do ministério da Saúde revelam que dos 6.985 suicídios ocorridos no Brasil em 1998, 5.530 foram cometidos por homens. Os dados do Departamento Nacional de Trânsito revelam que em 1999, dos 5.233 acidentes fatais ocorridos nas capitais brasileiras, 4.250 foram com homens [...]. Esta dura realidade deve ser considerada como questão de saúde pública (CRUZ, 2002, p.37)

Para as crianças, a participação do pai em suas vidas as torna fisicamente mais saudáveis, emocionalmente mais seguras e mentalmente mais perspicazes, com melhor desempenho em testes de inteligência (idem, ibidem) e a manutenção do sentimento de solidariedade humana, pertencimento social e igualdade, que são essenciais para o seu bem estar (ONU, 2000).

A participação do homem na vida da criança é fundamental para o seu desenvolvimento. Ela começa antes mesmo de o bebê nascer, pois as atitudes do pai em relação à mulher grávida contribuem para que esta aceite ou rejeite sua gravidez (MALDONADO, 1985) e influem diretamente no número de consultas realizadas no pré-natal (DOMINGUES, apud CARVALHO, 2001). O homem oferece condições para a construção de um suporte afetivo que será importante para a formação das identidades das crianças e para a construção de relacionamentos familiares menos baseados na hierarquia entre os dois sexos, o que facilitaria a construção futura de relações mais igualitárias.

O vínculo construído entre um adulto e uma criança é fundamental para o desenvolvimento e a sobrevivência desta, já que são muitos os sacrifícios que o adulto tem de realizar em sua vida para prestar uma assistência à criança⁵ (CARVALHO, 2001).

⁵ Carvalho (op. cit) nos lembra que este vínculo é importante também para o homem, uma vez que aqueles que não participam ativamente dos cuidados com o bebê sentem-se, em geral, excluídos com as muitas horas que a mulher investe nos cuidados com a criança.

Fortalecer o envolvimento dos homens com seus filhos pode ser um importante mecanismo de prevenção da violência doméstica, bem como uma forma de garantir a manutenção do vínculo com os filhos após a separação do casal.

Contribuir com esse novo enfoque, pressupõe considerar os homens como sujeitos no campo da saúde e convidá-los a refletir sobre sexualidade responsável e suas consequências (VILLA, 1999).

Um campo cheio de possibilidades...

O exercício da paternidade enquanto algo histórico e socialmente determinado, pode ser fortalecido em prol da desconstrução da relação exclusiva da mulher com o filho (CRUZ, 2002). A atuação nesse campo deve considerar um somatório de elementos étnicos, geracionais, religiosos (BARBOSA, 2000), culturais, sociais, políticos e simbólicos, que permeiam a vida moderna, articulados à vivência subjetiva de cada um em sua trajetória de vida pessoal. A estes fatores deve-se, ainda, acrescentar a importância da diversidade, apontando as diferentes formas do exercício da paternidade, ressaltando que inexistem homogeneização para o exercício dessa tarefa (BARBOSA, op. cit).

Avaliar o pai como uma referência fundamental para o desenvolvimento da criança implica reconhecer e estimular seu envolvimento direto com o filho, o que aponta para a necessidade de sua capacitação nesses cuidados, já que esta é uma habilidade aprendida socialmente. Por isso, pais necessitam de sistemas de suporte que valorizem suas relações com as crianças. "Ajudar os pais (homens) a se sentirem positivos sobre eles mesmos, sobre suas habilidades no cuidado com as crianças, pode aumentar sua motivação para dedicar mais tempo a elas" (CARVALHO: 2001, p.25).

Esta realidade deve ser fortalecida pelos profissionais de saúde que podem constituir-se como elementos que criem condições para que os pais reflitam sobre a importância dessa relação. Entretanto, é necessário que os serviços de saúde possuam profissionais atentos para esta questão e fundamentados, por meio de pesquisas que expressem a realidade de cada unidade. Evidentemente, esta é uma questão complexa e articula diversas áreas, porém, a contribuição dos trabalhadores da área da saúde é fundamental para a transformação desta realidade.

Summary: In this article we want to discuss the issue of paternity and its linkage with the field of health, reviewing the relationship of man to care for their children. Thus, trying

to highlight the importance of participation in the life of children and the very man who takes part of such care and indicate how the health professionals can strengthen this relationship, recognizing the father as an actor in this process and developing actions that may strengthen it and enables it in this task.

Keywords: *fatherhood; health; children.*

Recebido em março de 2009 e aceito para publicação em maio de 2009.

Referências

- ARILHA, M. Homens jovens, gênero e masculinidades In: MAC, A. Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos. Sem local: Fundação MacArthur, 2000.
- BARBOSA, S. Machos, homens e masculinidades. Percursos, trajetos e caminhos com grupos de homens. In: MAC, A. Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos. Sem local: Fundação MacArthur, 2000.
- BARKER, G. AIDS: O que os homens tem a ver com isso? In: www. Promundo.org.br. (2000)
- BADINTER, E. Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1998.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069/90.
- _____. Lei Orgânica da Saúde – Lei, 8.080/90.
- CARDOSO, J. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção In: ARILHA, M, UNBEHAUN, M e MEDRADO, B. Homens e Masculinidades. Outras Palavras. São Paulo: ECOS, 1998.
- CARVALHO, M. A participação do pai no nascimento da criança: as famílias e os desafios institucionais em uma maternidade pública, 2001. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CRUZ, M. O pai e a amamentação do filho. Um estudo exploratório com pais de classe média. 2002. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira/ FIOCRUZ.
- FUNDAÇÃO MAC ARTHUR. Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos. Sem local: Fundação MacArthur, 2000.
- LYRA, J. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, M (Org) Homens e Masculinidades: outras palavras. São Paulo: Editora 34, 1998.
- MALDONADO, M . Psicologia da gravidez. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARQUES, M. Editorial. In: MAC, A. Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos. Sem local: Fundação MacArthur, 2000.

GÊNERO

MARTINS, A. Gênero, exercício da paternidade e práticas de saúde que promovam o fortalecimento das relações entre pais e filhos. Rio de Janeiro: 2003 (mimeo).

MARTINS, A et al. Saúde reprodutiva para quem gera e quem é gerado: Análise do perfil das adolescentes usuárias dos serviços prestados pelo ambulatório de pré-natal e das acompanhantes de crianças internadas nas enfermarias de cirurgia pediátrica. Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira, 2003(mimeo).

MARX, K. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDRADO, B et al. Homens, por quê? Uma leitura da masculinidade a partir de um enfoque de gênero. In: MAC, A. Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos. Sem local: Fundação MacArthur, 2000.

MINAYO, M; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição com complementaridade?: *Cadernos de saúde pública* n. 9. 293-262, 1993.

NASCIMENTO, E. Em busca do pai: um estudo sobre a paternidade adolescente. 2002. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ.

NOLASCO, S. Masculinidade, em fim de século. In: SILVA, D. *Saúde sexualidade e reprodução*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comité Preparatorio del período extraordinario de sesiones de la Asamblea General sobre la infancia Un mundo apropiado para los niños (2000) In: www.onu.org

RIZZINI, I. Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. In: SOUZA, S e RIZZINI, I. *Desenhos de família. Criando filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone editorial, 2001.

SARAIVA, E. Paternidade e masculinidade: tradição, herança e reinvenção, 1998. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação Mundial da infância 2001. Brasília: UNICEF, 2001.

VILLA, A. Sexualidad, reprodución y paternidad: una introducción al análisis de la demanda social em las relaciones de género. In: SILVA, D. (org) *Novos contornos do espaço social: gênero, geração e etnia*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

VILELLA, W. e ARILHA, M. *Sexualidade, ou das surpresas que o sexo nos reserva*. São Paulo, 2002 (mimeo)